



7783245

08001.004855/2018-49

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

Decisão nº 8/2018/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE

Destino: CGL**Assunto:** Julgamento de Recurso Administrativo do Pregão Eletrônico nº 18/2018**Recorrente:** JHE COMUNICAÇÃO LTDA**Itens/Grupos:** Itens 2, 3, 4 e 5 e Grupos 1, 2 e 3.

A Pregoeira do Ministério da Justiça - MJ, no exercício das suas atribuições regimentais designada pela Portaria nº 88, de 18 de abril de 2018, e por força dos art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; art. 8º, inciso IV do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e, subsidiariamente, do inciso II do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam suas condições e decisões acerca do Recurso Administrativo interposto pela empresa JHE COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.173.825/0001-12, em relação aos Itens 2, 3, 4 e 5 e aos Grupos 1, 2 e 3.

1. DA SÍNTESE FÁTICA

1.1. Trata-se de Pregão Eletrônico nº 18/2018, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas, envolvendo os serviços de *clipping*, auditoria de imagem, *media training*, fotografia, atendimento à imprensa, produção de conteúdo escrito e audiovisual, ações de relacionamento em ambientes digitais, planejamento e realização de entrevistas coletivas, para suprir as necessidades do Ministério da Justiça - MJ, conforme condições estabelecidas no Edital.

1.2. A fase interna iniciou-se por meio do Memorando nº 83/2018/ASCOM/GM (6661804), em 02/07/2018, encerrando-se em 29/11/2018 com a autorização para deflagração do certame, conforme Despacho nº 2839/2018/CGL/SAA/SE (7599163).

1.3. O Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico nº 18/2018 no Diário Oficial da União (7607345), no Jornal de Grande Circulação (7622681), assim como disponibilizado no sítio do Ministério da Justiça (7618138), deram início à fase externa da licitação, informando que a sessão pública do pregão ocorreria em 12/12/2018.

1.4. A abertura da sessão pública ocorreu no dia 12/12/2018, conforme agendando. A ordem de classificação do pregão foi acostada aos autos, conforme SEI nº 7691440.

1.5. Abaixo, segue tabela com o resumo das convocações da licitante JHE COMUNICAÇÃO LTDA e dos eventos ocorridos:

ITEM 2									
Ordem de Classificação	Licitante Convocada	CNPJ	Lance Ofertado	Proposta	Certidões Regularidade	Diligências	Ocorrência	Situação	SEI
1ª	JHE COMUNICAÇÃO LTDA	14.173.825/0001-12	R\$ 80.490,00	7694957	7691682 e 7691693	7702821	Não restou comprovada a compatibilidade do objeto social da licitante com os itens/grupos licitados - Item 8.8.5 do Edital	Desclassificada	7696946
2ª	CLIPPING EXPRESS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA	05.886.896/0001-71	R\$ 80.500,00	7705243	7691921 e 7691932	7710818	Atendimento das exigências do Edital	Aceita e habilitada	7705485 e 7709662
ITEM 3									
Ordem de Classificação	Licitante Convocada	CNPJ	Lance Ofertado	Proposta	Certidões Regularidade	Diligências	Ocorrência	Situação	SEI
1ª	JHE COMUNICAÇÃO LTDA	14.173.825/0001-12	R\$ 89.080,00	7694957	7691682 e 7691693	7702821	Não restou comprovada a compatibilidade do objeto social da licitante com os itens/grupos licitados - Item 8.8.5 do Edital	Desclassificada	7696946
2ª	PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA	03.958.504/0001-07	R\$ 89.090,00	7705254	7704240 e 7704639.	7709141 e 7709496	Atendimento das exigências do Edital	Aceita e habilitada	7706122 e 7709662
ITEM 4 (FRACASSADO)									
Ordem de Classificação	Licitante Convocada	CNPJ	Lance Ofertado	Proposta	Certidões Regularidade	Diligências	Ocorrência	Situação	SEI
1ª	JHE COMUNICAÇÃO	14.173.825/0001-12	R\$ 6.660,00	7694957	7691682 e 7691693	7702821	Não restou comprovada a compatibilidade do objeto social	Desclassificada	7696946

	LTDA						da licitante com os itens/grupos licitados - Item 8.8.5 do Edital		
2ª	CLIP e CLIPPING LTDA	01.658.889/0001-61	R\$ 6.662,52	*	7704613 e 7704661	Não	Não apresentou sua documentação no prazo determinado no item 10.1 do Edital	Desclassificada	7705319
3ª	SERGIO MACHADO REIS	00.441.200/0001-80	R\$ 11.900,00	*	7692033 e 7692043	Não	Apresentou preço acima do máximo admissível e não aceitou negociar - Item 7.2.3 do Edital	Desclassificada	7710039

ITEM 5 (FRACASSADO)

Ordem de Classificação	Licitante Convocada	CNPJ	Lance Ofertado	Proposta	Certidões Regularidade	Diligências	Ocorrência	Situação	SEI
1ª	JHE COMUNICAÇÃO LTDA	14.173.825/0001-12	R\$ 69.130,00	7694957	7691682 e 7691693	7702821	Não restou comprovada a compatibilidade do objeto social da licitante com os itens/grupos licitados - Item 8.8.5 do Edital	Inabilitada	7696946
2ª	CLIP e CLIPPING LTDA	01.658.889/0001-61	R\$ 69.139,20	*	7704613 e 7704661	Não	Não apresentou sua documentação no prazo determinado no item 10.1 do Edital	Desclassificada	7705319
3ª	ECOVOLT SOLUÇÕES ENERGÉTICAS LTDA	26.762.139/0001-66	R\$ 72.000,00	7710021	7707657 e 7707680	Não	Não restou comprovada a compatibilidade do objeto social da licitante com os itens/grupos licitados - Item 8.8.5 do Edital	Inabilitada	7710095

GRUPO 1

Ordem de Classificação	Licitante Convocada	CNPJ	Lance Ofertado	Proposta	Certidões Regularidade	Diligências	Ocorrência	Situação	SEI
1ª	JHE COMUNICAÇÃO LTDA	14.173.825/0001-12	R\$ 429.330,00	7694957	7691682 e 7691693	7702821	Não restou comprovada a compatibilidade do objeto social da licitante com os itens/grupos licitados - Item 8.8.5 do Edital	Inabilitada	7696946
2ª	IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE	15.758.602/0001-80	R\$ 429.673,00	7704671	7704231 e 7704633	7709108 e 7712286	Atendimento das exigências do Edital	Aceita e habilitada	7704883e 7709662

	COMUNICAÇÃO LTDA								
GRUPO 2									
Ordem de Classificação	Licitante Convocada	CNPJ	Lance Ofertado	Proposta	Certidões Regularidade	Diligências	Ocorrência	Situação	SEI
1ª	JHE COMUNICAÇÃO LTDA	14.173.825/0001-12	R\$ 3.033.500,00	7694957	7691682 e 7691693	7702821	Não restou comprovada a compatibilidade do objeto social da licitante com os itens/grupos licitados - Item 8.8.5 do Edital	Inabilitada	7696946
2ª	IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA	15.758.602/0001-80	R\$ 3.046.365,20	7704681	7704231 e 7704633	7709123	Atendimento das exigências do Edital	Aceita e habilitada	7704883 e 7709662

GRUPO 3									
Ordem de Classificação	Licitante Convocada	CNPJ	Lance Ofertado	Proposta	Certidões Regularidade	Diligências	Ocorrência	Situação	SEI
1ª	CLIPPING EXPRESS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA	05.886.896/0001-71	R\$ 357.195,00	7694391	7691921 e 7691932	7701398, 7702272, 7702813	Atendimento das exigências do Edital	Aceita e habilitada	7702536 e 7709662

2. DA INTENÇÃO DE RECURSO

2.1. Aberto o prazo para apresentação de intenção de recurso, a licitante JHE COMUNICAÇÃO LTDA interpôs manifestação para os Grupo 1, 2 e 3 e Itens 2, 3, 4 e 5 , nos seguintes termos:

Desejamos interpor recurso contra a inabilitação da empresa JHE Comunicação, visto que cumprimos o disposto das exigências do edital, bem como comprovamos nossa capacidade técnica para execução dos serviços propostos.

3. DA TEMPESTIVIDADE

3.1. As razões de recurso apresentadas pela empresa JHE COMUNICAÇÃO LTDA constam no SEI nº 7745059 (Grupo 1), 7745073 (Grupo 2), 7745083 (Grupo 3), 7745094 (Item 2), 7745116 (Item 3), 7745126 (Item 4), 7745145 (Item 5).

3.2. Em contrapartida, a licitante IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA apresentou suas contrarrazões de recurso referente aos Grupos 01 e 02, conforme SEI nº 7779547 e 7779565, respectivamente.

4. DAS RAZÕES DO RECURSO

4.1. Em linhas gerais a **Recorrente**, JHE COMUNICAÇÃO LTDA, alega:

2. DOS FUNDAMENTOS

2.1 DA DILIGÊNCIA

Após analisar o processo, através de consulta pública (<http://www.justica.gov.br/Acesso/licitacoes-e-contratos/licitacoes/ministerio-da-justica/pregao/2018/collective-nitf-content-17>), tivemos acesso ao conteúdo do pedido de diligência, que consta a solicitação: “envio dos contratos de prestação de serviço relacionados aos atestados de capacidade técnica apresentados, bem como outros documentos aceitos como prova, com o fito de comprovar o atendimento dos requisitos referentes à qualificação técnica, especialmente quanto aos itens 8.8.1.1 e 8.8.2 do Edital” e que deveria ser atendido até as 11h da mesma data.

Vale ressaltar que não recebemos qualquer contato telefônico ou chamamento via chat sobre esta diligência e conforme consta registrado, a sessão estava suspensa até 15h, portanto qualquer interação neste período, deveria no mínimo ter sido superior a este horário, bem com o prazo de resposta. E consta no registro que foi encaminhado um e-mail para 'atendimento@tradde.com.br' (13/12/2018 8h:28m), porém, não foi localizado em nossa caixa de entrada. Sabemos que é comum em encaminhamentos de mensagens por e-mail haverem problemas com a comunicação, e por este motivo os órgãos contratantes sempre confirmam o recebimento através de contato telefônico, principalmente quando há um prazo tão apertado como o concedido.

Além do pedido ter sido exclusivamente através de e-mail, antes ao horário previsto de retorno da sessão, não foi ainda concedido um prazo razoável para apresentação dos documentos. Mostrando assim, uma decisão precipitada com a desclassificação da empresa vencedora. Por estes motivos, não tivemos a oportunidade de apresentar os documentos solicitados, pois apenas tomamos ciência da diligência 11 (onze) minutos antes da desclassificação.

O mais correto e justo neste caso, deveria ter sido promover a diligência através de chat e após a reabertura da sessão (como comumente é feito em processos licitatórios, principalmente através do PORTAL DE COMPRAS) e aberto o prazo para envio da documentação solicitada, o que não ocorreu.

Sendo assim, tivemos a injusta desclassificação, mesmo apresentando melhor oferta e mesmo apresentando documentação satisfatória.

2.2 DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA

A empresa JHE COMUNICAÇÃO foi desclassificada sob a justificativa do não atendimento ao item 8.8.5, conforme registrado em ata, sendo este um motivo diverso ao da diligência promovida, ou seja, o real motivo da desclassificação não foi o não atendimento da diligência, visto ainda que conforme justificado não tivemos tempo razoável para resposta após ter sido comunicado oficialmente.

Entretanto vejamos o que determina o item 8.8.5, que trata dos critérios de habilitação da licitante:

“Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente”.

Geralmente as atividades principais e secundárias da empresa são classificadas detalhadamente no CARTÃO CNPJ e descritas de forma breve no CONTRATO SOCIAL, portanto caso haja dúvidas, é possível identificar estas informações claramente na consulta ao portal da RECEITA FEDERAL ou no cartão CNPJ que foi anexado junto a documentação.

Analisando melhor este documento, pode-se observar que temos descritas em nossas atividades as seguintes informações:

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

73.11-4-00 - Agências de publicidade

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

62.01-5-02 - Web design

63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet

73.12-2-00 - Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação

73.19-0-02 - Promoção de vendas

73.19-0-03 - Marketing direto

73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente

Estas informações comprovam claramente que exercemos as atividades compatíveis com os atestados de capacidade técnica apresentados.

Parece evidente que o sujeito que executou serviço idêntico preenche os requisitos para disputar o certame e deve ser habilitado. Contudo, também se deve reconhecer que a idoneidade para executar o objeto licitado pode ser evidenciada por meio da execução de serviços similares, ainda que não idênticos.

Dessa forma, não há cabimento tal justificativa, fato ainda que a licitante tenha executado no passado ou esteja executando serviços exatamente idêntico ao

objeto da licitação.

2.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Consta ainda registro da NOTA TÉCNICA N. 19/2018/ASCOM/GM/MJ, o não atendimento aos itens 8.8.1 e item 8.8.2, porém vejamos o que informa tais itens:

8.8.1. “Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com o objeto deste pregão”

Porém, analisemos os serviços que constam nos atestados apresentados:

CLUBE ASES:

Consultoria de Marketing Digital e Estratégica em Vendas;
Comunicação Integrada;
Comunicação Visual;
Alinhamento e posicionamento da marca;
Elaboração de campanhas;
Ações promocionais;
Apoio de peças para eventos;
Assessoria em eventos de terceiros.
Gestão e criação de conteúdo para as Redes Sociais;
Desenvolvimento e manutenção de sites, portais e aplicativos;
Gestão de campanhas de E-mail Marketing;
Assessoria de Imprensa;
Produção de conteúdo promocional e institucional;
Entrevistas coletivas;
Gerenciamento de crises;
Eventos e sociabilidade;

SUPREMO:

Consultoria de Marketing Digital e Estratégica em Vendas;
Comunicação Integrada;
Comunicação Visual;
Alinhamento e posicionamento da marca;
Elaboração de campanhas;
Ações promocionais;
Apoio de peças para eventos;
Assessoria em eventos de terceiros;
Gestão e criação de conteúdo para as Redes Sociais;
Gestão de campanhas de E-mail Marketing;
Assessoria de Imprensa;
Planejamento anual de comunicação institucional;
Produção de conteúdo promocional e institucional;
Entrevistas coletivas;
Planejamento de comunicação em mídias digitais;
Gerenciamento de crises;
Eventos e sociabilidade;

Pesquisa de avaliação de percepção de imagem;
Atendimento permanente de demandas de assessoria de comunicação;
FACULDADE ESTÁCIO
Assessoria de Imprensa;
Produção de conteúdo promocional e institucional;
Entrevistas coletivas;
Gerenciamento de crises;
Eventos e sociabilidade;
Comunicação Integrada;
Comunicação Visual;
Alinhamento e posicionamento da marca;
Elaboração de campanhas;
Ações promocionais;
Assessoria em eventos de terceiros.
Pesquisa de avaliação de percepção de imagem;
Planejamento anual de comunicação institucional;
Planejamento de comunicação em mídias digitais;
Atendimento permanente de demandas de assessoria de comunicação;
VINTAGE

Consultoria de Marketing Digital e Estratégica em Vendas;
Comunicação Integrada;
Comunicação Visual, Planejamento de comunicação integrada e institucional, Alinhamento e posicionamento da marca, Elaboração de campanhas, Ações promocionais, Assessoria em eventos de terceiros;
Gestão e criação de conteúdo para as Redes Sociais;
Planejamento de comunicação em mídias digitais, Apoio de peças para eventos;
Gestão de campanhas de E-mail Marketing;
Assessoria de Imprensa;
Produção de conteúdo promocional e institucional, Entrevistas coletivas, Gerenciamento de crises, Eventos e sociabilidade, Pesquisa de reputação imagem;
Atendimento e assessoria de imprensa;
Portanto, uma simples leitura dos serviços constantes nos atestados de capacidade técnica apresentados, fica mais do que notório que as atividades aqui descritas são de total compatibilidade com o objeto licitado.

Dando continuidade ao assunto, recorremos ao nobre professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em seu livro Sistema de Registro de Preços e Pregão, 1ª Edição, página 455:

“... Por compatível, SE ENTENDE SER ASSEMELHADA, NÃO PRECISA SER IDÊNTICA. A semelhança depende da natureza técnica da contratação, pois certas coisas, quem faz uma, faz duas. Para outras coisas, a capacidade para fazer duas”

Sendo assim, mesmo que a descrição das atividades não seja exatamente igual à licitada, demonstram claramente sua similaridade, por se tratarem de mesma atividade e afins, por serem atividades comuns de uma agência de comunicação, publicidade, marketing e assessoria de imprensa.

Dessa forma, não há cabimento em impor a exigência da descrição dos serviços serem exatamente idêntico ao objeto da licitação, além de ser terminantemente rechaçado pelos Tribunais de Contas, tendo em vista a possibilidade de restrição ao caráter competitivo da licitação, como exemplos citamos: Decisões/TCDF n.º 5.362/2016 (Informação n.º 171/2016-3ªDiacomp), n.º 6.220/2016 e n.º 2.931/2004, Acórdãos/TCU n.º 394/2002, 59/2006, 1585/2015, 361/2017, 433/2018 e 1567/2018. Além do mais, tal exigência feriria o princípio da igualdade citada no art. 3º da Lei n.º 8.666/93 e parágrafos 1º e 5º do art. 30 da Lei de licitações.

Ainda neste sentido, como ensina Hely Lopes Meirelles, “a orientação é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos

desnecessários à qualificação dos interessados em licitar.” Na mesma linha o Tribunal de Contas da União tem posicionamento solido sobre o tema (Acórdãos n.º 2521/2003, 7334/2009, 2003/2011, 2627/2013, 2239/2018 ...)

Vale ressaltar ainda que são atividades pertinentes com às constantes no atestado apresentado pela segunda colocada. Portanto se observa um tratamento diferente entre às análises documental, contudo questiona-se como declarar aceito o atestado apresentado pela licitante IN PRESS OFICINA e não aceitar os atestados apresentados pela JHE COMUNICAÇÃO, visto ainda que estão claramente detalhados conforme as descrições dos serviços realizados? Questiona-se ainda porque não houve o mesmo rigor?

Vejamos agora o que exige o item 8.8.2:

“A licitante deverá apresentar atestado comprovando que executou serviços compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos.”

Conforme documentos apresentados, consideramos os seguintes períodos constantes das atividades realizadas:

CLUBE ASES – 29/04/2016 – ATUAL

FACULDADE ESTÁCIO – 22/08/2016 - ATUAL

SUPREMO – 17/07/2015 – ATUAL

VINTAGE – 20/07/2016 – 10/05/2018

Comprovando assim um somatório no período de 3 (três) anos e 5 (cinco) meses, conforme determina o item 8.8.2.1:

“Serão aceitos os somatórios de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.”

Portanto, resta claro que atendemos a esta exigência, porém pela análise do parecer técnico, demonstra que foi considerado apenas um atestado para comprovação do período de 3 (três) anos, mostrando que o entendimento da ASCON foi equivocado.

(...)

3. DOS PEDIDOS

Por todo o acima exposto, requer o recebimento e análise do presente recurso, por preencher os requisitos de admissibilidade e tempestividade previstos, e, no mérito seu provimento para que seja revertida a decisão que inabilitou a empresa JHE COMUNICAÇÃO, pelas razões de fato e de direito nesta peça aduzidas.

Na esteira do exposto, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão tomada pela Douta Comissão de Licitação, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação, já que habilitada a tanto a mesma está.

Em consequente, tornem-se nulos os atos de chamamento da segunda colocada no certame, declarando a recorrente como vencedora.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

4.2. Pontos específicos das razões referente aos Grupos 1 e 2:

Agora vejamos os atestados apresentados pela licitante até então lograda vencedora:

AMB – 30/01/2014 – 30/09/2015

SIMPROFAZ – 2012 – 26/09/2017

CNDL – 12/2011 – 10/12/2018 (12/2008 – 29/09/2015)

ANADEF – 02/10/2012 – 10/12/2018

FUNPRESP – 10/2015 – 29/11/2018

Comprovam um somatório superior a 5 (cinco) anos, isso porque não mostra claramente o início das atividades, fato que gera estranheza, pois não constam a data de início de vigência, porém é comum que contratos tenham claramente uma data de início, o que gera dúvida sobre a sua real contratação. Um outro fato que gera estranheza é que em outro atestado apresentado pela mesma contratante mostram períodos divergentes.

Portanto, se ambas documentações comprovam período superior a 3 (três) anos, questionamos mais uma vez, porque considerar somente os documentos apresentados pela segunda colocada?

Ainda sobre o direito a isonomia e a ampla competitividade entre as licitantes, questionamos porque não foram promovidas as mesmas diligências à segunda colocada para apresentação dos contratos que confirmam a veracidade dos atestados, visto que não apresentam datas específicas de sua vigência? Mostrando um tratamento diferente e proferida chances incompatíveis, para com a análise realizada.

Desse modo, conclui-se que, muito embora tenhamos sido injustamente desclassificada, pelos fatos acima exposto, apresentamos documentação satisfatória e melhor oferta ao objeto ora licitado, devendo portanto ser lograda vencedora.

4.3. Pontos específicos das razões referente aos Grupos 3:

Agora vejamos os atestados apresentados pela licitante até então lograda vencedora:

AMB – 30/01/2014 – 30/09/2015

SIMPROFAZ – 2012 – 26/09/2017

CNDL – 12/2008 – 29/09/2015

ANADEF – 02/10/2012 – 20/09/2015

Comprovam um somatório aproximado de 5 (cinco) anos, isso porque não mostra claramente o início das atividades, fato que gera estranheza, pois consta em um deles apenas o ano do início das atividades, porém é comum que contratos tenham claramente uma data de início de vigência, o que gera dúvida sobre a sua real contratação. E ainda resta questionar porque se tratam de atestados emitidos há mais de 3 anos? Mostra que a empresa não realizou nenhuma atividade após este período, ou se realizou mostra que não os tenha realizado de forma satisfatória, questionando assim a sua atual capacidade de executar este contrato.

Portanto, se ambas documentações comprovam período superior a 3 (três) anos, questionamos mais uma vez, porque considerar somente os documentos apresentados pela segunda colocada?

Ainda sobre o direito a isonomia e a ampla competitividade entre as licitantes, questionamos porque não foram promovidas as mesmas diligências à segunda colocada para apresentação dos contratos que confirmam a veracidade dos atestados, visto que não apresentam datas específicas de sua vigência? Mostrando um tratamento diferente e proferida chances incompatíveis, para com a análise realizada.

Desse modo, conclui-se que, muito embora tenhamos sido injustamente desclassificada, pelos fatos acima exposto, apresentamos documentação satisfatória e melhor oferta ao objeto ora licitado, devendo portanto ser lograda vencedora.

4.4. Pontos específicos das razões referente ao Item 3:

Agora vejamos os atestados apresentados pela licitante até então lograda vencedora:

ARTE DE ARRUMAR – 23/11/2014 – 08/01/2015

ABRASEL – 03/2008 – 09/2012

MTE – SEM PERÍODO

Comprovam um somatório aproximado de 4 (quatro) anos, isso porque não mostra claramente o início das atividades, fato que gera estranheza, porém é comum que contratos tenham claramente uma data de início de vigência, o que gera dúvida sobre a sua real contratação. E ainda resta questionar porque se tratam de atestados emitidos há mais de 3 anos? Mostra que a empresa não realizou nenhuma atividade após este período, ou se realizou mostra que não os tenha realizado de forma satisfatória, questionando assim a sua atual capacidade de executar este contrato.

Entretanto, se ambas documentações comprovam período superior a 3 (três) anos, questionamos mais uma vez, porque considerar somente os documentos apresentados pela segunda colocada?

Ainda sobre o direito a isonomia e a ampla competitividade entre as licitantes, questionamos porque não foram promovidas as mesmas diligências à segunda colocada para apresentação dos contratos que confirmam a veracidade dos atestados, visto que não apresentam datas específicas de sua vigência? Mostrando um tratamento diferente e proferida chances incompatíveis, para com a análise realizada.

Desse modo, conclui-se que, muito embora tenhamos sido injustamente desclassificada, pelos fatos acima exposto, apresentamos documentação satisfatória e melhor oferta ao objeto ora licitado, devendo portanto ser lograda vencedora.

4.5. Não foram identificados pontos específicos nas razões referente aos Item 2, 4 e 5.

5. **DAS CONTRARRAZÕES**

5.1. **A Recorrida**, IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA, contrapõe o seguinte, no que tange aos Grupos 01 e 02:

5.1.1. Grupo 1:

4 – FUNDAMENTOS

4.1. DO OBJETO SOCIAL INCOMPATÍVEL COM O OBJETO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Inicialmente, a recorrente alega que não foi conferido um prazo razoável para apresentação de documentos nas diligências realizadas pela Coordenação e Procedimentos Licitatórios, motivo pelo qual, afirma que não teve condições de apresentar os documentos solicitados.

Esclarecemos.

A Coordenação de Procedimentos Licitatórios solicitou à empresa JHE COMUNICAÇÃO a apresentação de contratos de prestação de serviços relacionados aos atestados de capacidade técnica com intuito de comprovar atendimento aos itens 8.8.1.1 e 8.8.2 do Edital.

No entanto, referida diligência da Coordenação de Procedimentos Licitatórios teve natureza apenas complementar, não sendo o único problema com a documentação da licitante. Mais a frente em seu recurso, a própria licitante confirma que o motivo de sua desclassificação foi o não atendimento ao item 8.8.5 do edital, conforme registrado em Nota Técnica apresentada e não os itens 8.8.1.1 e 8.8.2 do Edital.

Assim, como confirmado pela licitante, sua inabilitação não ocorreu apenas em virtude do descumprimento das exigências editalícias em seus atestados, ou seja, a não apresentação da resposta não foi o que ocasionou necessariamente a inabilitação da licitante. Segundo a Nota Técnica nº 19/2018/ASCOM/GM/MJ “da leitura do contrato social não restou comprovada a compatibilidade do objeto social da licitante com os itens/grupos licitados”. Complementarmente, a Nota Técnica esclarece o descumprimento também aos itens 8.8.1 do Edital e 8.8.2.

Razão cabe à Coordenação de Procedimentos Licitatórios. Vejamos. Conforme o item 4.1 do Edital, poderiam participar do pregão interessados cujo ramo de atividade fosse compatível com o objeto desta licitação, e que estivessem com credenciamento regular no sistema de cadastramento unificado de fornecedores – SICAF.

Complementarmente, o idem 8.8.5 determinava que os atestados de capacidade técnica apresentados deveriam referir-se ao âmbito da atividade econômica ou secundária especificadas no contrato social vigente.

In casu, o objeto social da empresa licitante continha: “Prestação de serviços de Agência de Publicidade, considerando-se o conjunto de atividades realizadas integradamente, que tenha por objeto o estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna e supervisão da execução externa, intermediação e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação”.

Ou seja, o objeto social da empresa JHE é exclusivamente referente a serviços de Agência de Publicidade, não sendo compatível com o objeto do Edital, qual seja, “atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas [...]”.

A recorrente alega que se houvesse dúvida, a Coordenação de Procedimentos Licitatórios deveria ter verificado as informações do cartão de CNPJ.

Seguindo o conselho do nobre licitante, em análise ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, verifica-se que a atividade econômica principal da JHE é “Agência de Publicidade”.

Não bastasse isso, nas atividades econômicas secundárias constam: webdesign, portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação, promoção de vendas, marketing direto e outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente. Ou seja, nenhum serviço compatível com o de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas.

Não obstante, conforme informação constante do Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral, o título do estabelecimento (nome fantasia) da licitante seria TRADDE COMUNICAÇÃO E CIA. De forma a agravar a situação da recorrente, verificou-se em seu site (<http://www.tradde.com.br/empresa/>), em 26/12/2018, a seguinte informação: “A Tradde Marketing e Tecnologia é uma Agência de Publicidade cheia de energia e experiência na integração de campanhas offline com a web e as mídias digitais.”

Embora o nome do site não bata exatamente com o nome fantasia da empresa, ainda em seu site consta Helber Barbosa como CMO, exatamente o sócio da empresa JHE, Helder Caldeira Barbosa, o que confirma a veracidade das informações.

Logo, não há qualquer dúvida que os serviços prestados pela recorrente são incompatíveis com o objeto licitado. Enfatizamos que nem mesmo o licitante têm êxito em comprovar a prestação de serviços diversos do de publicidade, conforme se verifica da análise da peça recursal, uma vez que solicitou a verificação do Cartão CNPJ e esse apenas agrava mais sua condição.

Oportunamente, relatamos que a empresa recorrente, participou da licitação eletrônica 040/LALI-1/SEDE/2018 realizada pela Infraero.

Após ser declarada a licitante com melhor lance, igualmente ao ocorrido no caso em tela, a licitante foi convidada a apresentar os documentos de

habilitação.

Após apresentação da documentação, a Infraero, mediante sua Gerencia de Licitações, emitiu despacho SEDE-DES-2018/03472 com o seguinte teor:

“Considerando a solicitação contida no DESPACHO Nº CSAT-DES-2018/07781, após realizada análise técnica da documentação complementar encaminhada pela empresa JHE COMUNICAÇÃO LTDA, constituída sob o CNPJ/MF nº 14.173.825/0001-12, em atendimento da diligência administrativa evidenciada através do OFICIO Nº CSAT-OFI-2018/03377, encaminhamos os seguinte apontamentos: [...]

1. Apesar de terem sido apresentados 04 (quatro) atestados de capacidade técnica, não foi possível evidenciar a realização dos trabalhos exigidos no subitem 12.1, letra c do edital, com características e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação.
2. Conforme citado no DESPACHO Nº CSAT-DES-2018/07781, os documentos fiscais emitidos à Associação dos Empregados do SERPRO - ASES apresentaram unicamente, em todo o período contratual a descrição: serviços de "comunicação integrada". Além disso, o objeto do contrato apresentado se refere aos serviços de comunicação integrada, como sendo serviços de propaganda e publicidade, divergindo do objeto deste certame.
3. Por sua vez, aliada à divergência do CNPJ nas notas apresentadas como comprovação de prestação de serviços ao Centro Universitário Estácio - Brasília, foi verificada a comprovação apenas da prestação do serviço de assessoria de imprensa, não sendo comprovada as demais atividades descritas no atestado.
4. Com relação à empresa Vintage Vinhos Importadora Ltda., informamos que não foi apresentada qualquer evidência da realização dos serviços descritos no atestado, tampouco, comprovação do prazo contratual citado.
5. No que se refere ao contrato com a empresa Supremo Bar e Restaurante Ltda., não foi apresentada as comprovações quanto à efetiva prestação dos serviços, como também, seu prazo de vigência. Deste modo, os atestados de capacidade técnica apresentados não demonstraram a compatibilidade exigida, não sendo evidenciado através dos documentos a comprovação de qualificação técnica da empresa para execução do objeto a ser contratado. Com relação ao subitem 12.1, letra e do edital, como não houve qualquer manifestação da empresa após diligência, nem foi verificada na documentação apresentada a comprovação de atendimento ao item relacionado à tal exigência., não foi possível aferir a referida regularidade. Desta forma, manifestamos parecer técnico desfavorável à empresa JHE COMUNICAÇÃO LTDA, tendo em vista que a documentação de habilitação técnica não atende às exigências previstas no subitem 12.1, letra c e e do edital. Por fim, restituímos a V. Sa. o presente processo para providências e tratativas pertinentes ao andamento do certame.”

Tal constatação tem por intuito demonstrar que em outros certames a licitante já foi inabilitada por realizar serviços incompatíveis com de Comunicação, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas e mesmo assim, insiste em participar de forma equivocada em certames de áreas diversas da sua.

Acertada foi a decisão de inabilitação da licitante, tendo em vista que os procedimentos licitatórios possuem princípios basilares que são imprescindíveis para sua validação. O princípio da igualdade define que a Administração deve dar tratamento igual a todos interessados, condição essencial para garantia da competição em licitações. Por sua vez, o princípio da vinculação ao edital disciplina que todo processo de licitação deverá seguir seu Edital, documento fundamental que constitui lei entre as partes.

Assim, a decisão de inabilitação da recorrente observou estritamente o princípio da vinculação ao edital, tendo em vista o claro descumprimento ao instrumento convocatório. Além de obediência ao princípio da isonomia, uma vez que as empresas habilitadas deverão cumprir integral e fielmente, todas as exigências editalícias.

Ademais disso, a recorrente demonstra-se inconformado com a não realização de diligências referentes a esse quesito. Como poderia ser sanado tal vício, visto que não há documento mais preciso para demonstrar o objeto social de uma pessoa jurídica do que seu contrato social, e também, o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas?

Ora, o edital é claro ao informar que poderiam participar da licitação, apenas interessados com objeto social compatível. Desta forma mostra-se legal, proporcional, adequada e isonômica a decisão de inabilitação da Licitante JHE.

4.2. DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS PELA LICITANTE

A recorrente alega que a Nota Técnica n 19/2018/ASCOM/GM/MJ informa o não atendimento de sua documentação às exigências dos itens 8.8.1 e 8.8.2 do Edital. Ocorre que, a nota técnica apresentava foi referente a todos os itens e grupos aos quais a JHE participou e sagrou-se detentora do melhor lance.

Em uma simples análise, é possível verificar que a Nota Técnica admite um dos atestados apresentados pela Recorrente. Contudo, a sua correta inabilitação, para esse item, refere-se ao seu objeto social que é totalmente incompatível ao objeto licitado.

No entanto, por amor ao debate, seguimos nossa fundamentação.

A Licitante apresentou quatro atestados, emitidos por: ASES-DF, SUPREMO BAR; VINTAGE; e ESTÁCIO. Tais atestados constam as seguintes vigências:

ASES-DF: Vigência 29/04/2016, “até a presente data”, ou seja, data de assinatura, 03/10/2018.

SUPREMO BAR E RESTAURANTE: Vigência 17/07/2015 “até a presente data”, ou seja, data de assinatura do contrato, 16/10/2018.

VINTAGE VINHOS: Vigência: 20/07/2016 a 10/05/2018.

ESTACIO BRASILIA: Vigência: Sem data de início. Data de assinatura: 03/10/2018.

De modo diverso, a licitante, em seu recurso, informou que os atestados continham as seguintes vigências: CLUBE ASES – 29/04/2016 – ATUAL; FACULDADE ESTÁCIO – 22/08/2016 – ATUAL; SUPREMO – 17/07/2015 – ATUAL; VINTAGE – 20/07/2016 – 10/05/2018.

As explicações supramencionadas têm por intuito demonstrar a clara intenção do licitante em induzir a pregoeira/coordenação a erro. Isso porque, a recorrente alega que seu atestado da Estacio, por exemplo, possui vigência de 22/08/2016 até a presente data. O problema está no momento em que se analisa o documento e se verifica que este não possui qualquer data de início, portanto, tal período não poderia ser contabilizado.

Ademais disso, a recorrente alega que a inexistência de data de início de vigência nos atestados da IN PRESS OFICINA “gerariam estranheza” e dúvida sobre sua real contratação. Embora um de seus atestados não tenham nem dia, nem data, nem ano de início da vigência.

Em respeito à recorrente, explicamos.

Foram apresentados por esta licitante, três atestados principais, além de outros complementares. Entre os atestados principais constam: Atestado emitido pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas- CNDL; Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF; e Fundação de Previdência Complementar Do Servidor Público Federal Do Poder Executivo – FUNPRESP-EXE.

Todos os referidos atestados indicavam data de início e fim da vigência ou a declaração de que permaneciam vigentes até a assinatura do documento. No entanto, ao emitir os documentos, os atestantes indicaram apenas o mês e o ano de início da vigência, sem o dia específico, como é comum em atestados (CNDL – 12/2011; ANADEF – 10/2012; FUNPRESP – 10/2015).

Assim, esclarecemos que todas as datas de vigências constavam nos atestados, o que contradiz, mais uma vez, o alegado em recurso pela recorrente.

Quanto à alegação de que pairaram dúvidas quanto a real contratação da In Press Oficina pelos atestantes, apenas indicamos à recorrente que no site do Ministério da Justiça (Link: <http://www.justica.gov.br/Acesso/licitacoes-e-contratos/licitacoes/ministerio-da-justica/pregao/2018/collective-nitf-content-17>), link esse divulgado a todos pela Pregoeira, constam diligências quanto aos atestados da FUNPRESP e CNDL que comprovam a veracidade dos documentos.

Com intuito de facilitar a verificação do nobre licitante, em diligência de 14/12/2018 as 10h06, foi encaminhado pela Coordenação de Procedimentos Licitatórios à Fátima Gomes, gerente de comunicação e relacionamento da Funpresp, a seguinte solicitação: “solicitamos atestar a veracidade das informações ali prestadas”, que prontamente, as 10h13 do mesmo dia, respondeu “Em resposta a solicitação desta Coordenação, reafirmo a veracidade das informações contidas no Atestado de Capacidade Técnica em favor da Empresa In Press Oficina Assessoria de Comunicação LTDA”.

Igualmente, na mesma data, as 10h01, a Coordenação encaminhou à Merula Borges e-mail com mesmo teor e as 10h53, em resposta, a senhora Merula Borges – CNDL, confirmou a veracidade e assinatura no documento.

Logo, entendemos que após tais esclarecimentos, as dúvidas da recorrente quanto a veracidade das informações contidas nos atestados da In Press Oficina foram supridas.

Por fim, enfatizamos apenas que não merece prosperar a alegação da recorrente de que os documentos por ela apresentados seriam similares aos apresentados pela In Press Oficina. Isso porque, além de ter o objeto social compatível com os serviços licitados, a In Press Oficina apresentou todos documentos solicitados no Edital, comprovando, com apenas um atestado, todos os requisitos exigidos para comprovação da Capacidade Técnica-Operacional, o tipo de serviço, a quantidade e o período mínimo de 3 anos, bem diferente da documentação apresentada pela recorrente.

Ante o exposto pugna-se pela improcedência dos pedidos apresentados pela Licitante JHE.

5.1.2. Grupo 02:

4 – FUNDAMENTOS

4.1. DO OBJETO SOCIAL INCOMPATÍVEL COM O OBJETO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Inicialmente, a recorrente alega que não foi conferido um prazo razoável para apresentação de documentos nas diligências realizadas pela Coordenação e

Procedimentos Licitatórios, motivo pelo qual, afirma que não teve condições de apresentar os documentos solicitados.

Esclareçamos.

A Coordenação de Procedimentos Licitatórios solicitou à empresa JHE COMUNICAÇÃO a apresentação de contratos de prestação de serviços relacionados aos atestados de capacidade técnica com intuito de comprovar atendimento aos itens 8.8.1.1 e 8.8.2 do Edital.

No entanto, referida diligência da Coordenação de Procedimentos Licitatórios teve natureza apenas complementar, não sendo o único problema com a documentação da licitante. Mais a frente em seu recurso, a própria licitante confirma que o motivo de sua desclassificação foi o não atendimento ao item 8.8.5 do edital, conforme registrado em Nota Técnica apresentada e não os itens 8.8.1.1 e 8.8.2 do Edital.

Assim, como confirmado pela licitante, sua inabilitação não ocorreu apenas em virtude do descumprimento das exigências editalícias em seus atestados, ou seja, a não apresentação da resposta não foi o que ocasionou necessariamente a inabilitação da licitante. Segundo a Nota Técnica nº 19/2018/ASCOM/GM/MJ “da leitura do contrato social não restou comprovada a compatibilidade do objeto social da licitante com os itens/grupos licitados”. Complementarmente, a Nota Técnica esclarece o descumprimento também aos itens 8.8.1 do Edital e 8.8.2.

Razão cabe à Coordenação de Procedimentos Licitatórios. Vejamos. Conforme o item 4.1 do Edital, poderiam participar do pregão interessados cujo ramo de atividade fosse compatível com o objeto desta licitação, e que estivessem com credenciamento regular no sistema de cadastramento unificado de fornecedores – SICAF.

Complementarmente, o item 8.8.5 determinava que os atestados de capacidade técnica apresentados deveriam referir-se ao âmbito da atividade econômica ou secundária especificadas no contrato social vigente.

In casu, o objeto social da empresa licitante continha: “Prestação de serviços de Agência de Publicidade, considerando-se o conjunto de atividades realizadas integradamente, que tenha por objeto o estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna e supervisão da execução externa, intermediação e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação”.

Ou seja, o objeto social da empresa JHE é exclusivamente referente a serviços de Agência de Publicidade, não sendo compatível com o objeto do Edital, qual seja, “atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas [...]”.

A recorrente alega que se houvesse dúvida, a Coordenação de Procedimentos Licitatórios deveria ter verificado as informações do cartão de CNPJ.

Seguindo o conselho do nobre licitante, em análise ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, verifica-se que a atividade econômica principal da JHE é “Agência de Publicidade”.

Não bastasse isso, nas atividades econômicas secundárias constam: webdesign, portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação, promoção de vendas, marketing direto e outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente. Ou seja, nenhum serviço compatível com o de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas.

Não obstante, conforme informação constante do Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral, o título do estabelecimento (nome fantasia) da licitante seria TRADDE COMUNICAÇÃO E CIA. De forma a agravar a situação da recorrente, verificou-se em seu site (<http://www.tradde.com.br/empresa/>), em 26/12/2018, a seguinte informação: “A Tradde Marketing e Tecnologia é uma Agência de Publicidade cheia de energia e experiência na integração de campanhas offline com a web e as mídias digitais.”

Embora o nome do site não confira exatamente com o nome fantasia da empresa, ainda em seu site consta Helber Barbosa como CMO, exatamente o sócio da empresa JHE, Helder Caldeira Barbosa, bem como o nome confere com o endereço eletrônico contido no e-mail de contato descrito em sua peça recursal (atendimento@tradde.com.br), o que confirma a veracidade das informações.

Logo, não há qualquer dúvida que os serviços prestados pela recorrente são incompatíveis com o objeto licitado. Enfatizamos que nem mesmo a licitante têm êxito em comprovar a prestação de serviços diversos do de publicidade, conforme se verifica da análise da peça recursal, uma vez que solicitou a verificação do Cartão CNPJ e esse apenas agrava mais sua condição.

Oportunamente, relatamos que a empresa recorrente, participou da licitação eletrônica 040/LALI-1/SEDE/2018 realizada pela Infraero.

Após ser declarada a licitante com melhor lance, igualmente ao ocorrido no caso em tela, a licitante foi convidada a apresentar os documentos de habilitação.

Após apresentação da documentação, a Infraero, mediante sua Gerência de Licitações, emitiu despacho SEDE-DES-2018/03472 com o seguinte teor:

“Considerando a solicitação contida no DESPACHO Nº CSAT-DES-2018/07781, após realizada análise técnica da documentação complementar

encaminhada pela empresa JHE COMUNICAÇÃO LTDA, constituída sob o CNPJ/MF nº 14.173.825/0001-12, em atendimento da diligência administrativa evidenciada através do OFÍCIO Nº CSAT-OFI-2018/03377, encaminhamos os seguinte apontamentos: [...]

1. Apesar de terem sido apresentados 04 (quatro) atestados de capacidade técnica, não foi possível evidenciar a realização dos trabalhos exigidos no subitem 12.1, letra c do edital, com características e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação.
2. Conforme citado no DESPACHO Nº CSAT-DES-2018/07781, os documentos fiscais emitidos à Associação dos Empregados do SERPRO - ASES apresentaram unicamente, em todo o período contratual a descrição: serviços de "comunicação integrada". Além disso, o objeto do contrato apresentado se refere aos serviços de comunicação integrada, como sendo serviços de propaganda e publicidade, divergindo do objeto deste certame.
3. Por sua vez, aliada à divergência do CNPJ nas notas apresentadas como comprovação de prestação de serviços ao Centro Universitário Estácio - Brasília, foi verificada a comprovação apenas da prestação do serviço de assessoria de imprensa, não sendo comprovada as demais atividades descritas no atestado.
4. Com relação à empresa Vintage Vinhos Importadora Ltda., informamos que não foi apresentada qualquer evidência da realização dos serviços descritos no atestado, tampouco, comprovação do prazo contratual citado.
5. No que se refere ao contrato com a empresa Supremo Bar e Restaurante Ltda., não foi apresentada as comprovações quanto à efetiva prestação dos serviços, como também, seu prazo de vigência. Deste modo, os atestados de capacidade técnica apresentados não demonstraram a compatibilidade exigida, não sendo evidenciado através dos documentos a comprovação de qualificação técnica da empresa para execução do objeto a ser contratado. Com relação ao subitem 12.1, letra e do edital, como não houve qualquer manifestação da empresa após diligência, nem foi verificada na documentação apresentada a comprovação de atendimento ao item relacionado à tal exigência., não foi possível aferir a referida regularidade. Desta forma, manifestamos parecer técnico desfavorável à empresa JHE COMUNICAÇÃO LTDA, tendo em vista que a documentação de habilitação técnica não atende às exigências previstas no subitem 12.1, letra c e e do edital. Por fim, restituímos a V. Sa. o presente processo para providências e tratativas pertinentes ao andamento do certame.”

Tal constatação tem por intuito demonstrar que em outros certames a licitante já foi inabilitada por realizar serviços incompatíveis com de Comunicação, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas e mesmo assim, insiste em participar de forma equivocada em certames de áreas diversas da sua.

Acertada foi a decisão de inabilitação da licitante, tendo em vista que os procedimentos licitatórios possuem princípios basilares que são imprescindíveis para sua validação. O princípio da igualdade define que a Administração deve dar tratamento igual a todos interessados, condição essencial para garantia da competição em licitações. Por sua vez, o princípio da vinculação ao edital disciplina que todo processo de licitação deverá seguir seu Edital, documento fundamental que constitui lei entre as partes.

Assim, a decisão de inabilitação da recorrente observou estritamente o princípio da vinculação ao edital, tendo em vista o claro descumprimento ao instrumento convocatório. Além de obediência ao princípio da isonomia, uma vez que as empresas habilitadas deverão cumprir integral e fielmente, todas as exigências editalícias.

Ademais disso, a recorrente demonstra-se inconformada com a não realização de diligências referentes a esse quesito. Como poderia ser sanado tal vício, visto que não há documento mais preciso para demonstrar o objeto social de uma pessoa jurídica do que seu contrato social, e também, o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas?

Ora, o edital é claro ao informar que poderiam participar da licitação, apenas interessados com objeto social compatível. Desta forma mostra-se legal, proporcional, adequada e isonômica a decisão de inabilitação da Licitante JHE.

4.2. DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS PELA LICITANTE

A recorrente alega que a Nota Técnica n 19/2018/ASCOM/GM/MJ informa o não atendimento de sua documentação às exigências dos itens 8.8.1 e 8.8.2 do Edital.

Segundo o item 8.8 e seus subitens do Edital, a empresa licitante deveria comprovar a qualificação técnica por meio de, no mínimo, 1 atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenha ou desempenhou serviços compatíveis com o objeto do pregão.

Complementarmente, a planilha do item 8.8.1.1 do Edital previa exatamente o tipo de serviço e a quantidade que deveria constar nos atestados para comprovação da capacidade.

Para o grupo 2, a licitante deveria comprovar o fornecimento de serviços de produção de 20 releases (em texto, vídeo ou áudio) mensais ou 240 anuais e a

realização de 6 entrevistas coletivas em um ano ou período inferior.

Ou seja, dois requisitos tinham que ser cumpridos: 1 – comprovação de fornecimento de serviços de produção de 20 releases (em texto, vídeo ou áudio) mensais ou 240 anuais; e 2- realização de 6 entrevistas coletivas em um ano ou período inferior.

In casu, a Licitante apresentou quatro atestados, emitidos por: ASES-DF, SUPREMO BAR; VINTAGE; e ESTÁCIO.

Tais atestados constavam os seguintes serviços:

ASES-DF: comunicação integrada; comunicação visual; alinhamento e posicionamento da marca; elaboração de campanhas; apoio de peças para eventos; assessoria de imprensa; planejamento anual de comunicação institucional; produção de conteúdo promocional e institucional; entrevistas coletivas; planejamento de comunicação em mídias digitais; gerenciamento de crises; eventos e sociabilidade; pesquisa de avaliação de percepção de imagem; atendimento permanente de demandas de assessoria de comunicação; gestão e criação de conteúdo para as redes sociais; desenvolvimento e manutenção de sites, portais e aplicativos; e gestão de campanhas de email marketing.

SUPREMO BAR E RESTAURANTE: Consultoria de marketing digitais e estratégica em vendas; comunicação integrada; comunicação visual; alinhamento e posicionamento da marca; elaboração de campanhas; ações promocionais; gestão e criação de conteúdo para as redes sociais; gestão de campanhas de email marketing; assessoria de imprensa; planejamento anual de comunicação institucional; produção de conteúdo promocional e institucional; entrevistas coletivas; planejamento de comunicação em mídias digitais; gerenciamento de crises; evento e sociabilidade; pesquisa de avaliação de percepção de imagem; e atendimento permanente de demandas de assessoria de comunicação.

VINTAGE VINHOS: Consultoria de marketing digitais e estratégica em vendas; comunicação integrada; comunicação visual, planejamento de comunicação integrada e institucional, alinhamento e posicionamento da marca, elaboração de campanhas, ações promocionais, assessoria em eventos de terceiros, gestão e criação de conteúdo para as redes sociais, planejamento de comunicação em mídias digitais, apoio de peças para eventos; gestão de campanhas de email marketing; assessoria de imprensa; produção de conteúdo promocional e institucional, entrevistas coletivas, gerenciamento de crises, evento e sociabilidade, pesquisa de reputação imagem, atendimento e assessoria de imprensa.

ESTÁCIO: Assessoria de imprensa.

Da análise dos serviços constantes nos Atestados apresentados pela licitante não consta, em nenhum momento, a prestação de serviço de produção de releases, muito menos do quantitativo mínimo. Embora conste a realização de entrevistas coletivas, não há o quantitativo mínimo de 6 (seis) entrevistas coletivas em um ano.

Desta forma, não prospera a alegação da recorrente no sentido de que os atestados apresentados indicam “similaridade, por se tratarem de mesma atividade e afins, por serem comuns de uma agência de comunicação, publicidade, marketing e assessoria de imprensa”. Até mesmo porque não há nem menção ao serviço de produção de releases, um dos pontos principais que deveriam constar no Atestado.

Ademais disso, o Edital é claro ao apresentar a descrição dos serviços e quantitativo necessário para comprovação da capacidade técnico operacional do licitante.

Enfatizamos que a apresentação de atestados é de extrema importância à Administração, para que possa avaliar se a participante é capaz de prestar o serviço licitado em quantidade, qualidade e eficiência à Administração.

À vista disso, a inabilitação da Licitante foi extremamente correta e em conformidade com os princípios norteadores dos procedimentos licitatórios.

Ato contínuo, a licitante, em seu recurso, afirma que cumpriu o período mínimo de 3 anos, exigência prevista no item 8.8.2 do Edital.

Ocorre que tal afirmação não é verídica. Explicamos.

Veja que a exigência é no sentido de que o atestado deverá comprovar que a licitante executou serviços compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos.

Visto que o objeto licitado no Grupo 2 diz respeito ao serviço de atendimento de demandas de veículos de comunicação, reportagem em vídeo, áudio-release, elaboração de texto em língua portuguesa e entrevista coletiva – organização e realização, não podemos considerar nem mesmo um ano de prestação dos serviços, isso porque os atestados não apresentam similaridade aos referidos serviços.

Segundo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a Administração e o licitante são obrigados a observar as normas e condições estabelecidas no ato convocatório, nada poderá ser feito sem que haja previsão no instrumento de convocação.

Conforme orienta o TCU, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, as exigências editalícias devem ser cumpridas integralmente. Não é demais afirmar que o sucesso da licitação depende de um ato convocatório e anexos bem elaborados e amplamente observados pelos

licitantes e administração. (TCU. LICITAÇÕES E CONTRATOS: ORIENTAÇÕES E JURISPRUDENCIAS DO TCU – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília)

Assim, o que está previsto no Edital torna-se Lei entre os participantes e a Administração. Com isso, a ausência de apresentação de atestado em estrita observância ao instrumento convocatório eiva a documentação de vício, tornando acertada a decisão da pregoeira.

Ademais disso, a recorrente alega que a inexistência de data de início de vigência nos atestados da IN PRESS OFICINA “gerariam estranheza” e dúvida sobre sua real contratação. Embora um de seus atestados não tenham nem dia, nem data, nem ano de início da vigência.

Em respeito à recorrente, explicamos.

Foram apresentados por esta licitante, três atestados principais, além de outros complementares. Entre os atestados principais constam:

Atestado emitido pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas- CNDL; Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF; e Fundação de Previdência Complementar Do Servidor Público Federal Do Poder Executivo – FUNPRESP-EXE.

Todos os referidos atestados indicavam data de início e fim da vigência ou a declaração de que permaneciam vigentes até a assinatura do documento. No entanto, ao emitir os documentos, os atestantes indicaram apenas o mês e o ano de início da vigência, sem o dia específico, como é comum em atestados (CNDL – 12/2011; ANADEF – 10/2012; FUNPRESP – 10/2015).

Assim, esclarecemos que todas as datas de vigências constavam nos atestados, o que contradiz, mais uma vez, o alegado em recurso pela recorrente.

Quanto à alegação de que pairaram dúvidas quanto a real contratação da In Press Oficina pelos atestantes, apenas indicamos à recorrente que no site do Ministério da Justiça (Link: <http://www.justica.gov.br/Acesso/licitacoes-e-contratos/licitacoes/ministerio-da-justica/pregao/2018/collective-nitf-content-17>), link esse divulgado a todos pela Pregoeira, constam diligências quanto aos atestados da FUNPRESP e CNDL que comprovam a veracidade dos documentos.

Com intuito de facilitar a verificação do nobre licitante, em diligência de 14/12/2018 as 10h06, foi encaminhado pela Coordenação de Procedimentos Licitatórios à Fátima Gomes, gerente de comunicação e relacionamento da Funpresp, a seguinte solicitação: “solicitamos atestar a veracidade das informações ali prestadas”, que prontamente, as 10h13 do mesmo dia, respondeu “Em resposta a solicitação desta Coordenação, reafirmo a veracidade das informações contidas no Atestado de Capacidade Técnica em favor da Empresa In Press Oficina Assessoria de Comunicação LTDA”.

Igualmente, na mesma data, as 10h01, a Coordenação encaminhou à Merula Borges e-mail com mesmo teor e as 10h53, em resposta, a senhora Merula Borges – CNDL, confirmou a veracidade e assinatura no documento.

Logo, entendemos que após tais esclarecimentos, as dúvidas da recorrente quanto à veracidade das informações contidas nos atestados da In Press Oficina foram supridas.

Por fim, enfatizamos apenas que não merece prosperar a alegação da recorrente de que os documentos por ela apresentados seriam similares aos apresentados pela In Press Oficina.

Isso porque, além de ter o objeto social compatível com os serviços licitados, a In Press Oficina apresentou todos documentos solicitados no Edital, comprovando, com apenas um atestado, todos os requisitos exigidos para comprovação da Capacidade Técnica-Operacional, o tipo de serviço (“Produção de 22 releases – Textos, vídeo e áudio- mensais, com produção anual média de 264 unidades e realização de 06 entrevistas coletivas ao ano”), a quantidade (22 releases e 6 entrevistas) e o período mínimo de 3 anos (CNDL – de 12/2011 até a presente data), bem diferente da documentação apresentada pela recorrente.

Ante o exposto pugna-se pela improcedência dos pedidos apresentados pela Licitante JHE.

6. DA ANÁLISE DA ÁREA TÉCNICA DEMANDANTE

6.1. A Assessoria de Comunicação Social manifestou-se por meio da Nota Técnica n.º 25/2018/ASCOM/GM/MJ (7787601), explicitando:

DA ANÁLISE TÉCNICA DAS RAZÕES E CONTRARRAZÕES APRESENTADAS

Em primeiro lugar, no que tange as diligências realizadas pela Sr.^a Pregoeira, cumpre esclarecer que esta área técnica entende que a administração seguiu os requisitos legais necessários para o cumprimento de diligências no âmbito das licitações. Entende-se observado o princípio da isonomia, da legalidade e da vinculação do instrumento convocatório no que tange à realização das diligências, utilizando-se de meio hábil de comunicação com os licitantes e conferindo-se prazos razoáveis para as suas manifestações, os demais aspectos dessa alegação recursal serão tratados diretamente na área competente de licitações.

Em relação à qualificação jurídica, esclareça-se de pronto que a empresa recorrente equivocou-se ao informar que a sua desclassificação ocorrera exclusivamente em razão do item 8.8.5 do Edital, uma vez que sua inabilitação, conforme consta na Nota Técnica n.º 19/2018/ASCOM/GM/MJ (7696946), foi motivada pelo não atendimento dos itens 8.8.1, 8.8.2 e 8.8.5 do Edital. A nota foi publicada em sua íntegra no site desta Pasta, ato contínuo, a Srª Pregoeira informou por meio do chat do sistema Comprasnet, constante na Ata do Pregão (7713868) a possibilidade de acesso a essa nota, segue trecho da mencionada nota e do chat:

4.1 Considerando a análise acima exposta, esta unidade técnica manifesta-se pela aceitação da proposta apresentada pela empresa JHE Comunicação LTDA - EPP relativos ao itens 2 a 5 e grupos 1 e 2 do Pregão Eletrônico nº 18/2018, **ao passo que manifesta-se por sua inabilitação técnica tendo em vista a ausência de comprovação dos itens 8.8.1, 8.8.2 e 8.8.5 do Edital.** [grifamos]

Pregoeiro 13/12/2018 15:22:23 O inteiro teor da desclassificação da licitante JHE consta no sítio eletrônico do Ministério.

No que tange ao item 8.8.5 do edital, da leitura do contrato social, não restou comprovada a compatibilidade do objeto social da licitante com os itens/grupos licitados e nessa linha as atividades a serem comprovadas pela licitante estariam fora de seu escopo de atuação. Ressaltamos que na análise de documentação relativa a compatibilidade dos objetos social da empresa com o objeto a ser contratado esta unidade técnica analisou não somente os contratos sociais apresentados pelas empresas participantes, como também os extratos retirados do SICAF bem como os cartões CNPJ apresentados pelas participantes. Não obstante, destacamos que é obrigação das empresas de forma geral indicar o objeto social em seu contrato social, ou instrumento equivalente, conforme inteligência dos artigos 968, 997 e 1.054 do Código Civil.

Ainda quanto à compatibilidade do objeto social, bem como das atividades principais e secundárias, apresentados pela recorrente, cumpre observar que a atividade de publicidade e demais atividades integrantes de seu objeto social relacionam-se com a realização de atividades de agências de publicidade não sendo compatível com o objeto do pregão em tela. É pertinente lembrarmos que existe assente nas teorias científicas, dentro do campo das ciências sociais aplicadas de comunicação social, diferenciação entre relações públicas, jornalismo, publicidade e outras áreas de comunicação, de sorte que a expertise de determinada empresa em agenciamento de publicidade não resulta em sua capacidade de exercer atividades de jornalismo ou de relações públicas. Ainda que se reconheça que profissionais das três áreas mencionadas podem exercer determinadas atividades que se assemelham ou mesmo igualam, no todo tratam-se de atividades e profissões distintas, como se depreende, a exemplo das leis nº 4.680, de 18 de junho de 1965 e nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967 que regulamentam respectivamente as profissões de publicitário e de relações públicas. Também no âmbito da comunicação social do Poder Público Federal a diferença acima mencionada encontra-se amplamente definida. Conforme o Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, o Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (SICOM) abrange diversas áreas de comunicação e as relaciona diferenciando os serviços de publicidade e de comunicação corporativa.

No que tange a qualificação técnica item 8.8.1 e 8.8.2 do edital, verificamos que as razões apresentadas pela recorrente cuidam-se de alegações meramente protelatórias, isto porque, a recorrente limita-se a transcrever o atestado sem nenhum esclarecimento ou demonstração de relação entre o solicitado e o apresentado. Os atestados tratam de serviço de publicidade, marketing e assessoria de imprensa de forma genérica. Ao proceder a diligência junto a empresa, visando especificar os serviços apresentados, a empresa quedou-se inerte no prazo assinalado pela pregoeira. Desta forma a mera transcrição dos atestados já apresentados anteriormente sem informações que sirvam para reformar a decisão não constitui argumentação hábil para afastar a inabilitação técnica da empresa no que tange aos itens indicados.

A mesma análise aplica-se a comprovação dos três anos de experiência em relação aos atestados apresentados pela empresa. Esclarecemos que os três anos solicitados pelo item 8.8.2 do Edital deverão referir-se a atividades compatíveis com o objeto, não sendo se aceitável que a empresa apresente três anos de experiência de objeto não relacionado à licitação, a exemplo de serviço de publicidade.

No mais, verificamos que os atestados apresentados por IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA, CLIPPING EXPRESS – SERVIÇO DE INFORMAÇÃO LTDA – EPP e PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA, considerados para fins de habilitação, possuem datas de referência para fins de contagem de prazo, bem como informações suficientes para a análise de compatibilidade dos serviços prestados com a comprovação requerida no item 8.8.1 do Edital. É de se observar que a própria recorrente ao transcrever os elementos que compõem os atestados das empresas recorridas foi capaz de indicar o prazo e em linhas gerais os serviços prestados pelas empresas nos atestados apresentados.

Em relação ao atestados das empresas recorridas, observamos que todos os atestados considerados por essa unidade técnica para fins de habilitação, foram objeto de diligência para verificação de sua veracidade tendo sido juntada, como parte integrante da instrução dos presentes autos, as informações apresentadas pelos órgãos emissores dos atestados para comprovação de sua veracidade.

Por fim, esclarecemos que no caso das empresas classificadas foram considerados os prazos somente de atestados em que restou comprovada a similaridade dos serviços prestados com o objeto a ser contratado, o que resultou, para cada caso, em mais de três anos de experiência conforme solicitado no edital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, considerando a ausência de elementos capazes de alterar a análise técnica realizada por essa unidade, mantemos a íntegra da manifestação técnica emitida por meio da Nota Técnica n.º 19/2018/ASCOM/GM/MJ (7696946), mantendo-se a inabilitação de JHE COMUNICAÇÃO INTEGRADA para os grupos 1, 2 e 3 e itens não agrupados 2, 3, 4 e 5 do Pregão Eletrônico n.º 18/2018, bem como ratificamos os termos da Nota Técnica n.º 21/2018/ASCOM/GM/MJ (7704883), Nota Técnica n.º 22/2018/ASCOM/GM/MJ (7705485) e Nota Técnica n.º 23/2018/ASCOM/GM/MJ (7706122), de sorte a manter a aceitação e habilitação técnica de IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA, CLIPPING EXPRESS – SERVIÇO DE INFORMAÇÃO LTDA – EPP e PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA.

7. DA ANÁLISE DA PREGOEIRA

7.1. Em relação à diligência realizada por esta pregoeira, esclarecemos, ainda:

7.1.1. Que a ausência de manifestação face à diligência realizada por e-mail não foi o motivo ensejador da desclassificação da licitante, tendo em vista o pronunciamento da área demandante na Nota Técnica n.º 19/2018/ASCOM/GM/MJ (7696946), segundo a qual a empresa não atendeu aos itens 8.8.1, 8.8.2 e 8.8.5 do Edital. Por óbvio, caso o conteúdo da diligência interferisse na tomada de decisão pela desclassificação, a licitante seria convocada via *chat* para prestação das informações necessárias, em atendimento aos princípios que regem o procedimento licitatório, em especial os da isonomia e da publicidade. Nesse sentido, destacamos que a utilização de e-mail para fins de diligência configura-se como meio hábil de comunicação entre o pregoeiro e licitantes.

7.1.2. Que foram encaminhados e-mails não somente para aquele informado pela recorrente nas suas razões de recurso: atendimento@tradde.com.br, em 13/12/2018 8h:28m (7798815), mas, também, para: gustavo@consultmidia.com.br e helder@tradde.com.br, para os quais recebemos a confirmação de entrega pelo *outlook* (7798820). Informamos que foi enviada diligência para o endereço gustavo@consultmidia.com.br, uma vez que recebemos solicitação desse e-mail em nome da licitante JHE, durante a fase de lances, em que pese o domínio ser de outra empresa, conforme SEI nº 7798876. Nesse contexto, registramos, que, em pesquisa nos sites eletrônicos <https://www.consultmidia.com.br/> e <http://www.tradde.com.br/>, verificamos que as citadas empresas possuem o mesmo endereço comercial: Rua das Figueiras Qd 101 Lote 07, Vista Shopping Sala 502 – Águas Claras – DF. Ademais, foram feitas tentativas de contatos telefônicos nos números indicados na proposta da licitante bem como nos constantes dos referidos site eletrônicos, porém sem sucesso.

7.1.3. Que a realização de qualquer diligência é informada no *chat* do pregão eletrônico, sendo divulgada na íntegra no sítio eletrônico do Ministério da Justiça.

7.2. Quanto às demais alegações referentes aos atestados de capacidade técnica acompanhamos o entendimento proferido pela área técnica demandante. Apenas à título de complementação segue jurisprudência do Tribunal de Contas da União referente à necessidade de compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social da empresa licitante:

Para fins de habilitação jurídica, faz-se necessária a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social das empresas licitantes. Para habilitação técnica, os atestados apresentados devem não apenas demonstrar uma situação de fato, mas, necessariamente, uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato social.

(...) O relator destacou que a Lei das Licitações exige o contrato social, devidamente registrado, entre os documentos necessários para evidenciar a habilitação jurídica dos licitantes, visando “*justamente à comprovação de que a licitante tem a atividade comercial compatível com o objeto licitado*”. Aos olhos do relator, o “*objeto social da empresa delineado no contrato social devidamente registrado comprova não apenas o exercício da atividade*

empresarial requerida na licitação, mas também que a empresa o faz de forma regular. E nesse ponto ressalto que a Administração deve sempre prestigiar a legalidade. Não basta que a licitante detenha a capacidade comercial de fato, faz-se necessário que ela esteja em conformidade com a lei". Nesse aspecto, assinalou que o Código Civil obriga o registro dos atos constitutivos da sociedade empresarial, com seus fins ou objeto, e, como decorrência lógica, *"se a empresa decidir mudar de atividade empresarial, possui o dever legal de promover a alteração de seu objeto social e do respectivo registro antes de iniciar a prática dessas novas atividades"*. Dessa forma, *"ao exercer atividades em desconformidade com seu objeto social, devidamente registrado, a empresa também está agindo de forma contrária à lei, expondo a riscos todos os atores que com ela se relacionam"*, em decorrência da possibilidade *"de contratação de quem não é do ramo"* e *"de a empresa vir a se eximir da responsabilidade pelos atos praticados por seu gerente"*. (...) O Tribunal, seguindo a proposta do relator, julgou procedente a Representação e determinou à entidade o cancelamento da ata de registro de preço e que se abstinhasse de prorrogar o contrato celebrado com a empresa ganhadora da licitação. **Acórdão 642/2014-Plenário, TC 015.048/2013-6, relator Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, 19.3.2014.**

7.3. Por fim, registramos que a licitante apresentou intenção de recurso para o Grupo 03, no qual ela sequer foi a primeira classificada, trazendo nas razões argumentos referentes aos Grupos 1 e 2.

8. DA CONCLUSÃO

8.1. Analisando as razões recursais da Recorrente, as contrarrazões apresentadas pela Recorrida, bem como os requisitos do edital, a legislação vigente, o posicionamento dos órgãos de controle, os princípios administrativos e com lastro na manifestação da área técnica demandante, verifica-se que **não se afiguram motivos para a reconsideração da decisão de declarar vencedoras do Pregão Eletrônico nº 18/2018 as licitantes: CLIPPING EXPRESS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA para o item 2 e grupo 3; PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA para o item 3 e IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA para os grupos 1 e 2, nem para desconstituir o cancelamento dos itens 4 e 5 ou para proceder qualquer desclassificação/inabilitação, razão pela qual mantenho a decisão.**

8.2. Conforme art. 3º, §3º da Lei nº 8.666/93, os autos do procedimento licitatório são públicos e acessíveis a qualquer interessado, por meio de acesso eletrônico externo, nos termos do item 25.9 do Edital.

8.3. Assim, encaminho os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta, nos termos do inciso IV, art. 8º do Decreto nº. 5450/2005.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRA LACERDA FERREIRA RIOS, Pregoeiro(a)**, em 03/01/2019, às 18:07, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **7783245** e o código CRC **F3CF5384**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.